

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



Alda Cardoso

Relatório Final de Estágio de Mestrado na área de Revisão Editorial

Mestrado em Crítica Textual

Orientado pela Professora Doutora Ângela Correia

Lisboa 2015

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Lisboa de forma a preencher os requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Crítica Textual, elaborado sob a orientação da Professora Doutora Ângela Correia.

Resumo

O presente trabalho corresponde ao relatório de estágio na área de revisão editorial realizado na Imprensa Nacional – Casa da Moeda, entre fevereiro e setembro de 2015.

Inicialmente, é feita a contextualização do estágio e apresenta-se os projetos e objetivos de trabalho definidos, passando para os processos de atuação e as metodologias seguidas.

Numa segunda parte, descreve-se pormenorizadamente o processo de revisão de uma reedição e de uma revisão de original, o que constitui o cerne do trabalho.

Por fim, dedica-se uma parte a considerações finais na qual se apresenta as diferenças entre os dois projetos realizados e os respetivos contributos para a aprendizagem e desenvolvimento de competências.



ÍNDICE

Introdução	5
Contextualização do estágio	5
Projetos definidos	5
Objetivos do trabalho desenvolvido	6
Processos e critérios de atuação	7
Metodologias: A revisão em microsoft office word e a ferramenta de registo de alterações	11
A revisão de uma reedição	14
A obra	14
OCR: sistema e principais problemas encontrados	21
A revisão de um original	28
A coleção e a obra	28
As fases de revisão de um original	29
Principais problemáticas enfrentadas	31
O contacto com o autor	35
A encomenda da capa	36
Considerações finais	38
Bibliografia	40

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio curricular na área de revisão editorial decorreu entre o mês de fevereiro e o mês de setembro de 2015, sob a orientação da Doutora Paula Mendes, Diretora do Departamento de Edição.

As atividades executadas ao longo do estágio resumem-se essencialmente à revisão de uma reedição e à revisão de um original, sendo que mais neste último se inserem quase todas as fases do ciclo de produção editorial, desde a leitura do original à promoção da obra publicada.

De forma a proporcionar um ponto de vista mais realista de quais são as etapas do ciclo de produção editorial, adotou-se uma apresentação das atividades não pela ordem em que foram sendo realizadas, mas de acordo com o seu enquadramento no progresso da produção.

PROJETOS DEFINIDOS

O estágio curricular teve início com dois projetos predefinidos: a revisão de uma reedição e a revisão de um original.

O primeiro consistia na revisão da obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, de Immanuel Kant, edição Estudos Gerais Série Universitária – Clássicos de Filosofia, de 1998.

A segunda etapa, a revisão de um original, foi da obra *Essencial sobre Montaigne*, escrito pela Doutora Clara Rocha, obra que se insere na coleção de essenciais editados pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Neste último, foi possível o contacto com a primeira fase do ciclo de produção de um livro: a receção de originais por parte de autores, sendo possível a leitura e apreciação de uma proposta de publicação.

OBJETIVOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO

Ao tratar da revisão de uma reedição, neste caso a já referida obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, de Immanuel Kant, o trabalho consistia em detetar erros presentes na edição (erros de digitação, ortografia, pontuação e concordância) e, essencialmente, fazer a atualização da ortografia segundo o novo acordo ortográfico, em vigor desde 2009¹.

Já no *Essencial sobre Montaigne*, a tarefa era mais composta. O trabalho consistia não só detetar possíveis erros e fazer a atualização ortográfica mas, também, fazer propostas de alteração do texto, caso se achasse necessário.

Nesta segunda fase, houve a possibilidade de conhecer mais etapas de produção editorial, nomeadamente o contacto com o autor e com o *designer* da capa do livro.

O objetivo de ambos os trabalhos é o de desenvolver competências específicas da área editorial pondo em prática os conhecimentos adquiridos ao longo das aulas, nomeadamente a área de revisão de texto, recorrendo à simbologia e à ferramenta de registo de alterações do Microsoft Office Word.

¹ <http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico/sobre> (consultado a 23/09/2015).

Em relação à revisão da reedição, o facto de se tratar de uma obra algo arcaica foi de longe o maior obstáculo encontrado nesta fase devido às indicações dadas no sentido de não poder proceder à alteração do texto, de forma a mantê-lo o mais fiel possível ao original. Isto acontece nomeadamente em frases demasiado longas em que se confunde um pouco o sentido do texto, já pelo mesmo se tratar de um tema que requer muita atenção por parte do leitor. Encontra-se também este impedimento em casos em que «parece» que não há concordância de modo entre as palavras mas que, mesmo assim, não podem ser alteradas.

Se pensarmos nós próprios em exemplos que Kant fornece, ao analisar este trabalho mais «livre» da nova faculdade do juízo, são múltiplas as modalidades segundo as quais se pode passar a abordar a natureza: como se ela possuísse uma *técnica* que a diferencie, nos seus produtos, em géneros e espécies, como se possuísse princípios de unidade nas suas múltiplas leis adequadas às faculdades do sujeito, como se algumas das suas formas possuíssem qualidades tais que nos provocam um sentimento de prazer (estético), etc. Mas esta diversidade de modos de situar a natureza, introduzidas todas elas com a prevenção ficcional do *como se*, são ainda modos de ajuizar que indiciam uma regra ou princípio no cerne da faculdade do juízo. Trata-se precisamente do princípio da «especificação da natureza» a favor da nossa faculdade de ajuizar. Este princípio a que Kant dá um valor transcendental e não meramente lógico é algo que a faculdade do juízo dá a si própria. No entanto parecerá que este princípio não é mais do que a repetição de um uso lógico-hipotético de regras sistematizadoras da racionalidade no que respeita à natureza, teoria que Kant já havia desenvolvido na *CRP*, nomeadamente no *Apêndice à Dialéctica Transcendental*. Aí já vem mencionado que esse uso lógico «não teria sentido nem aplicação se não se fundasse sobre uma *lei* transcendental da *especificação*» ⁽¹¹⁾.

² *Crítica da Faculdade do Juízo*, pág. 12.

Já em relação à revisão do original, a tarefa foi muito mais simples, pois trata-se de um texto moderno com expressões coloquiais, facilmente compreensível e, também, é uma obra muito menos extensa, o que facilita o acompanhamento do tema do texto.

O maior obstáculo na realização de ambas as revisões foi efetivamente a atualização do texto segundo o novo acordo ortográfico. Aqui, tiveram que ser tomadas várias decisões de forma a uniformizar o texto.

Em primeiro lugar, foi necessário tomar conhecimento das alterações que foram feitas na língua, quais as palavras que sofreram a alteração. Seguidamente, e sendo a escolha mais trabalhosa, foi decidir que opção escolher no caso das palavras com dupla grafia.

De forma a alterar a ortografia o menos possível, relativamente ao novo acordo ortográfico, ao tratar de palavras com dupla grafia optei por manter a escrita que foi desde sempre utilizada (por exemplo, a palavra «carácter», que pode agora também ser escrita «caráter»).

Apenas fiz a «aceitação» das novas propostas em palavras como: caracterizador (caraterizador); característico (caraterístico) e característica (caraterística), por pensar que, nestas, mais facilmente se aceita a aplicação do novo acordo, com a remoção da letra *c*, que nunca é lido.

Na tabela seguinte são apresentados alguns exemplos de palavras que sofreram atualização ortográfica, encontrados na obra *Crítica da Faculdade do Juízo*. A negrito estão representadas as palavras com dupla grafia.

Na obra	Novo Acordo	Minha decisão
característico	característico	caraterístico
há-de	há de	há de
objectivo	objetivo	objetivo
facto	facto	facto
vôo	voó	voó
subjectiva	subjativa	subjativa
intelectual	intelectual	intelectual
dialéctica	dialética	dialética
carácter	carácter	carácter
supra-sensível	suprassensível	suprassensível
perspectiva	perspetiva	perspetiva
objecto	objeto	objeto
actividade	atividade	atividade
acção	ação	ação
concepção	conceção	conceção
conceptual	conceptual	concetual
Dezembro	dezembro	dezembro
característica	característica	caraterística

Já na segunda obra, essencial sobre Montaigne, as ocorrências foram menos variadas.

Na obra	Novo Acordo
acto	ato
céptica	cética
cepticismo	ceticismo
auto-retrato	autorretrato
Inverno	inverno
Setembro	setembro
colectivo	coletivo
dia-a-dia	dia a dia
auto-representação	autorrepresentação
adoptiva	adotiva
exceptuando	excetuando

Quer a revisão da reedição quer a revisão do original foram feitas em Microsoft Office Word e foi utilizada a ferramenta de registo de alterações para elaborar ambas as revisões.

A revisão em Microsoft requer uma leitura paralela ao texto impresso (isto no caso da reedição), pois só assim se consegue detetar todas as incorreções que foram inseridas no texto por via da digitalização.

A ferramenta de registo de alterações é extremamente útil, principalmente para documentos com necessidade de aprovação posterior. Principalmente num ambiente editorial, em que são produzidos milhares de textos, o tempo para discutir pormenores de uma publicação é pouco e, por isso, esta ferramenta permite disponibilizar os textos para posterior revisão e aprovação.

Para além desta vantagem, também não seria correto alterar um texto sem mostrar ao seu autor as alterações que foram feitas, ou sem fazer comentários com a explicação do porquê de determinada modificação.

Finalmente, esta ferramenta é ideal para que uma obra ou texto seja publicada de acordo com as políticas editoriais de cada editora.

De seguida, reproduzo duas páginas, uma de cada texto trabalhado, onde é visível o funcionamento desta ferramenta.

ao facto de se aceitar a continuação da vida, como a condição exigível para o fim terminal que a razão nos prescreve, torna-se então imediatamente evidente a seguinte vantagem (que na verdade à primeira vista parece ser uma perda): assim como a teologia nunca pode [443]

443 ~~ser~~ para nós teosofia, assim também jamais a *psicologia* racional poderá tornar-se *pneumatologia* na qualidade de ciência extensível, como também por outro lado ela se assegura de não cair em qualquer *materialismo*, mas pelo contrário é sobretudo mera antropologia do sentido interno, isto é conhecimento do nosso eu <Selbst> pensante como *algo* vivo e que também como conhecimento teórico permanece simplesmente empírico; pelo contrário a psicologia racional, no que diz respeito à questão da nossa existência eterna, não é de forma nenhuma uma ciência teórica, mas assenta numa única conclusão da teleologia moral, assim como o seu inteiro uso é simplesmente necessário a esta, por causa do nosso destino prático.

§ 90. Da espécie de adesão <Führwahrhalten> numa demonstração teleológica ~~(a)~~ da existência de Deus

Em primeiro lugar deve-se exigir de todas as demonstrações que não *persuadam*, mas *convençam*, ou pelo menos ajudem a convencer, quer seja (tal como acontece com a demonstração mediante a observação do ~~objeto~~ *objeto* ou experimentação) através da apresentação empírica imediata daquilo que deve ser demonstrado, quer seja introduzido através da razão *a priori* a partir de [444]

444 ~~princípios~~. Isto significa que o argumento ou a conclusão seja, não simplesmente um fundamento de determinação *subjetivo* (estético) da aprovação (uma mera aparência), mas pelo contrário seja válido *objetivamente* e seja um fundamento lógico do conhecimento: doutro modo o entendimento pode seduzir, mas não convencer. Dessa espécie de demonstração aparente é aquela que — talvez ~~bem-intencionada~~ *bem-intencionada*, mas com o encobrimento deliberado ~~das~~

(a) Kant: *moralis*; correção de Rosenkranz.

□ Kant: *moralis*; correção de Rosenkranz.

Fillipa
Formatada: Style84, Avanço: Esquerda: 1,18 cm,
Direita: 0 cm, Sem marcas nem numeração,
Tabulações: Não em 1,12 cm

Fillipa
Formatada: Style84, Avanço: Esquerda: 1,14 cm,
Primeira linha: 0,89 cm, Direita: 0 cm, Espaço Antes
3,55 pt, Sem marcas nem numeração, Tabulações: Não
em 1,12 cm

Fillipa
Formatada: Avanço: Esquerda: 0 cm

³ Crítica da Faculdade do Juízo, pág. 394 do livro em formato digital.

pensamento e na literatura da modernidade. O título escolhido para o livro era já de si insólito: *Essais de Michel de Montaigne*, na primeira variante da edição *princeps* — ou seja, «²²ensaio», «²³tentativas», «²⁴experiências», «²⁵exercícios», configurando um método pessoal, a construção dum raciocínio crítico sobre os mais diversos temas e, paralelamente, a captação do processo do pensamento em si mesmo («²⁶le progrès de mes humeurs», nos seus movimentos, progressos e derivas. Como faz notar Rui Bertrand Romão, o estudioso português que mais tem trabalhado e publicado sobre a obra de Montaigne, o termo *essai* era usado em várias acepções no francês quinhentista:

«²⁷Desde logo, a de *prova* (tanto o acto propriamente dito como a avaliação dele resultante), e, correlatamente, as de *saboreio*, *degustação* e *pregustação* (incluindo a dos provadores de alimentos e bebidas). Outros sentidos do termo nesse tempo incluem os de *provação*, *experiência*, *experimento*, *exercício* e *tentativa*. (...) Por seu lado, o verbo *essayer* habitualmente significava *provar*, *pôr à prova*, *expor à prova*; *experimentar*; *verificar* e *avaliar*»²⁸.

Estes vários sentidos confluem no título do livro de Montaigne, definindo o alcance e as possibilidades de «²⁹ceste resverie de me mesler d'escire»³⁰ da qual fala o autor a Madame d'Estissac. E a palavra *essai*, que surge também por vezes no corpo do texto («³¹Quant aux facultez naturelles qui sont en moy, dequoy c'est ici l'essay»³²), acabou por se tornar a designação de um género de contornos pouco definidos que, tal

²² Rui Bertrand Romão, *Montaigne e a Modernidade*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2010, pp. 36-7.

²³ E, II, VIII, 404. «Este devaneio de me meter a escrever».

²⁴ E, I, XXV, 151. «Quanto às minhas faculdades naturais, que aqui ponho à prova».

Flippo
Formatado: Avanço: Esquerda: 0,75 cm, Primeira linha:
0 cm

⁴ *Essencial sobre Montaigne*, pág. 2 do texto original.

A OBRA

A revisão da reedição foi feita sobre a obra *Crítica da Faculdade do Juízo* de Immanuel Kant, com introdução de António Marques e tradução e notas de António Marques e Valério Rohden.

Este trata-se de um texto antigo, portanto sem formato digital, tendo sido necessário proceder à sua digitalização para posterior correção.

Essencialmente, a revisão consistiu na atualização da ortografia segundo o novo acordo ortográfico. Contudo, na própria edição reconheceram-se pequenos erros, como palavras em que faltavam letras e falta de espaço entre outras.

Já em formato digital, devido ao sistema OCR, que não é 100% viável, a abundância de erróneas foi notória.

Uma vez feita a digitalização, foi visível o desacerto do texto em relação ao livro impresso. No livro impresso, uma das margens de cada página era larga, permitindo que aqui aparecesse uma numeração. Na digitalização, na maioria das vezes, essa mesma numeração, que deveria aparecer na margem, aparece, umas vezes, no meio do texto e, noutras, foi simplesmente ocultada. De forma a uniformizar este acontecimento, optou-se por colocar os números sempre no meio do texto entre parêntesis retos.

De seguida, para compreender melhor este fenómeno, são reproduzidas três páginas da obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, a primeira corresponde ao livro impresso, a segunda ao texto digitalizado e a última à página revista.

PRÓLOGO
À PRIMEIRA EDIÇÃO, 1790 (a)

III

A faculdade do conhecimento a partir de princípios *a priori* pode ser chamada *razão pura*, e a investigação da sua possibilidade e dos seus limites em geral, crítica da razão pura, embora se entenda por essa faculdade somente a razão no seu uso teórico, como também ocorreu na primeira obra sob aquela denominação, sem querer ainda incluir na investigação a sua faculdade como razão prática, segundo os seus princípios peculiares. Aquela crítica concerne então simplesmente à nossa faculdade de conhecer *a priori* coisas e ocupa-se portanto só com a *faculdade do conhecimento*, com exclusão do sentimento de prazer e desprazer e da faculdade da apetição; e entre as faculdades de conhecimento ocupa-se com o *entendimento* segundo seus princípios *a priori*, com exclusão da *faculdade do juízo* e da *razão* (enquanto faculdades igualmente pertencentes ao conhecimento teórico), porque se verá a seguir que nenhuma outra faculdade do conhecimento, além do entendimento, pode fornecer *a priori* princípios de conhecimento constitutivos. Portanto a crítica que examina as faculdades em conjunto, segundo a participação que cada uma das outras, por virtude própria, poderia pretender ter na posse efectiva do conhecimento, não retém senão o que o *entendimento* prescreve *a priori* como lei para a natureza, enquanto complexo de fenómenos (cuja forma é igualmente dada *a priori*); mas relega todos os outros conceitos puros às ideias, que para a nossa faculdade

IV

(a) A: Prólogo.

⁵ *Crítica da Faculdade do Juízo*, página 45 do livro.

PRÓLOGO À PRIMEIRA EDIÇÃO,
1790 (a)

A faculdade do conhecimento a partir de princípios *a priori* pode ser chamada *razão pura*, e a investigação da sua possibilidade e dos seus limites em geral, crítica da razão pura, embora se entenda por essa faculdade somente a razão no seu uso teórico, como também ocorreu na primeira obra sob aquela denominação, sem querer ainda incluir na investigação a sua faculdade como razão prática, segundo os seus princípios peculiares. Aquela crítica concerne então simplesmente à nossa faculdade de conhecer *a priori* coisas e ocupa-se portanto só com a *faculdade do conhecimento*, com exclusão do sentimento de prazer e desprazer e da faculdade da apetição; e entre as faculdades de conhecimento ocupa-se com o *entendimento* segundo seus princípios *a priori*, com exclusão da *faculdade do juízo* e da *razão* (enquanto faculdades igualmente pertencentes ao conhecimento teórico), porque se verá a seguir que nenhuma outra faculdade do conhecimento, além do entendimento, pode fornecer *a priori* princípios de conhecimento constitutivos. Portanto a crítica que examina as faculdades em conjunto, segundo a participação que cada uma das outras, por virtude própria, poderia pretender ter na posse efectiva do conhecimento, não retém senão o que o *entendimento* prescreve *a priori* como lei para a natureza, enquanto complexo de fenómenos (cuja forma é igualmente dada *a priori*); mas relega todos os outros conceitos puros às ideias, que para a nossa faculdade

(a) A: Prólogo.

⁶ *Crítica da Faculdade do Juízo*, página 45 digitalizada.

PRÓLOGO [\[III\]](#)
À PRIMEIRA EDIÇÃO, 1790 ~~(a)~~⁷

A faculdade do conhecimento a partir de princípios *a priori* pode ser chamada *razão pura*, e a investigação da sua possibilidade e dos seus limites em geral, crítica da razão pura, embora se entenda por essa faculdade somente a razão no seu uso teórico, como também ocorreu na primeira obra sob aquela denominação, sem querer ainda incluir na investigação a sua faculdade como razão prática, segundo os seus princípios peculiares. Aquela crítica concerne então simplesmente à nossa faculdade de conhecer *a priori* coisas e ocupa-se portanto só com a *faculdade do conhecimento*, com exclusão do sentimento de prazer e desprazer e da faculdade da apetição; e entre as faculdades de conhecimento ocupa-se com o *entendimento* segundo seus princípios *a priori*, com exclusão da *faculdade do juízo* e da *razão* (enquanto faculdades igualmente pertencentes ao conhecimento [\[IV\]](#) teórico), porque se verá a seguir que nenhuma outra faculdade do conhecimento, além do entendimento, pode fornecer *a priori* princípios de conhecimento constitutivos. Portanto a crítica que examina as faculdades em conjunto, segundo a participação que cada uma das outras, por virtude própria, poderia pretender ter na posse efetiva do conhecimento, não retém senão o que o *entendimento* prescreve *a priori* como lei para a natureza, enquanto complexo de fenómenos (cuja forma é igualmente dada *a priori*); mas relega todos os outros conceitos puros às ideias, que para a nossa faculdade

~~(a) A: Prólogo.~~

⁷ [A: Prólogo.](#)

7

⁷ *Crítica da Faculdade do Juízo*, página 45 em formato digital após revisão.

Existem também casos em que a numeração cortava a palavra:

Ora, se eu digo simplesmente que algo é grande, então parece que eu absolutamente não tenho em vista nenhu-82 ma comparação, pelo menos com alguma medida objectiva, porque desse modo não é

Optou-se por representar estes casos da seguinte forma:

Ora, se eu digo simplesmente que algo é grande, então parece que eu absolutamente não tenho em vista nenhu-~~82~~ ma [82] comparação, pelo menos com alguma medida objectiva, porque desse modo não é absolutamente determinado quão

Portanto, com a numeração entre parêntesis retos após a palavra cortada.

Uma outra modificação feita foi relativamente às notas de rodapé. Na obra, as notas não aparecem como notas de rodapé, mas sim enumeradas com *(a)*, *(b)*, *(c)*, etc., fazendo com que a respetiva informação apareça, em alguns casos, logo a seguir ao texto. O caso reproduz-se no seguinte exemplo:

Podemos por isso admitir um homem bem formado (como em certa medida Espinosa) **(a)** que se deixe convencer que não há Deus (já que no que respeita ao objecto da moralidade as consequências são as mesmas), assim como nenhuma vida futura; como ajuizará ele a sua própria determinação final interior mediante a lei moral, a qual ele verdadeiramente preza? Não exige para o seu cumprimento qualquer vantagem para si, nem neste, nem noutro mundo; sobretudo e de modo desinteressado o que ele quer é somente fundar o bom, para o qual aquela lei sagrada oferece todas as suas forças. Mas o seu esforço é limitado. Na verdade ele pode esperar da natureza, aqui e além, um apoio casual, mas jamais uma feliz concordância **(b)** conforme a leis e segundo regras constan-

(a) «(como em certa medida Espinosa)» é acrescento de B e C.

(b) A: «concordância da natureza».

⁸ *Crítica da Faculdade do Juízo*, página 383 do livro impresso (o negrito em *(a)* e *(b)*, presente no meio do texto, foi feito por mim).

A alteração foi feita da seguinte forma:

Podemos por isso admitir um homem bem formado (como em certa medida Espinosa) ~~a(a)~~ que se deixe convencer que não há Deus (já que no que respeita ao ~~objeeto~~objeto da moralidade as consequências são as mesmas), assim como nenhuma vida futura; como ajuizará ele a sua própria determinação final interior mediante a lei moral, a qual ele verdadeiramente preza? Não exige para o seu cumprimento qualquer vantagem para si, nem neste, nem noutro mundo; sobretudo e de modo desinteressado o que ele quer é somente fundar o bom, para o qual aquela lei sagrada oferece todas as suas forças. Mas o seu esforço é limitado. Na verdade ele pode esperar da natureza, aqui e além, um apoio casual, mas jamais uma feliz concordância ~~b(b)~~ conforme a leis e segundo regras constan-

~~(a) «(como em certa medida Espinosa)» é acrescento de B e C.~~

~~(b) A: «concordância da natureza».~~

a «(como em certa medida Espinosa)» é acrescento de B e C.

b A: «concordância da natureza».

Inseriu-se, portanto, uma nota de rodapé para cada caso.

É verdade que a evolução tecnológica e a utilização da informática no ambiente editorial assumem um carácter bastante importante e útil, proporcionando facilmente a disponibilização de ferramentas de trabalho que permitem poupar tempo e aceder de forma mais rápida à informação, bem como manipulá-la. Contudo, a digitalização de documentos, embora permita a preservação de obras antigas e impeça que estas se deteriorem ao longo do tempo, trás também consigo vários senãos. Introduzidos pela digitalização vêm vários pormenores equivocados e leituras erróneas que requerem um trabalho atento e metuculoso para a sua correção.

Por não existir nenhuma edição da obra *Crítica da Faculdade do Juízo* em formato digital foi necessário proceder à sua digitalização e leitura por OCR. Esta forma não é 100% viável e, como tal, é necessário fazer uma revisão do texto em simultâneo com a fixação do original.

Ao olhar para o texto digitalizado, foi instantaneamente reconhecível que vários caracteres nem sempre coincidiam com os apresentados no texto impresso. Estes erros introduzidos levam a leituras erróneas do texto e cabe a um olhar rigoroso e sagaz encontrar estas falhas introduzidas e, seguidamente, proceder à sua correção.

Apresento em seguida duas páginas digitalizadas para exemplificar a abundância de distorções que aparecem como consequência deste processo de reprodução.

A primeira corresponde à página 260 e a segunda à página 396 do livro em formato digital.

damento uma idealidade dos fins e não uma realidade dos mesmos, salta aos olhos já pelo facto que a arte bela enquanto tal não tem que ser considerada um produto do entendimento e da ciência, mas do génio, e portanto obtém 254 a sua regra através de ideias *estéticas*, que são essencialmente distintas de ideias racionais de fins determinados.

Assim como a *idealidade* dos objectos dos sentidos, enquanto fenómenos, é a única maneira de explicar a possibilidade de que as suas formas venham a ser determinadas *a priori*, do mesmo modo também o *idealismo* da conformidade a fins no julgamento do belo da natureza e da arte é o único pressuposto sob o qual a crítica pode explicar a possibilidade de um juízo de gosto, o qual exige *a priori* validade para qualquer um (sem contudo fundar sobre conceitos a conformidade a fins que é representada no objecto).

§ 59. Da beleza como símbolo da moralidade

A prova da realidade dos nossos conceitos requer sempre intuições. Se se trata de conceitos empíricos, as intuições chamam-se *exemplos*. Se aqueles são conceitos de entendimento puros, elas chamam-se *esquemas*. Se além disso se pretende que seja provada a realidade objectiva dos conceitos da razão, isto é das ideias, e na verdade com vista ao conhecimento teórico das mesmas, então deseja-se algo impossível, porque absolutamente nenhuma intuição pode ser-lhes dada adequadamente.

235 Toda a *hipótese* (apresentação, *subjectio sub adspec-*
tum) enquanto sensificação é dupla: ou *esquemática*, em cujo caso a intuição correspondente a um conceito que o entendimento capta é dada *a priori*; ou *simbólica*, em cujo caso é submetida a um conceito, que somente a razão pode pensar e ao qual nenhuma intuição sensível pode ser adequada, uma intuição tal que o procedimento da faculdade do juízo é simplesmente analógico ao que ela observa no esquematismo, isto é concorda com ele simplesmente segundo a regra deste procedimento e não da própria

- demonstração em duas partes heterogêneas que este argumento contém, nomeadamente naquela que pertence à teleologia física e na que pertence à teleologia moral, na medida em que a fusão de ambas torna impossível saber onde é que no fundo se situa o nervo da demonstração e em que parte e de que modo se vai ter que trava-
- 446 lhá-la para poder manter a sua validade face aos mais agudos exames (mesmo quando numa dessas partes devessem necessariamente confessar a fraqueza da nossa perspicácia racional). Assim é dever do filósofo (no caso dele também não conceder importância à exigência de sinceridade) descobrir a aparência — ainda que esta se tenha até então revelado benéfica — que uma tal confusão pode ocasionar e separar o que pertence simplesmente à persuasão daquilo que conduz ao convencimento (sendo ambas as coisas diferentes determinações da aprovação *<Beifall>*, não simplesmente segundo o grau, mas mesmo segundo a espécie), para apresentar abertamente e com toda a clareza a disposição do ânimo nesta demonstração e poder com sinceridade submeter esta ao mais severo dos exames.
- Mas uma demonstração que é destinada a convencer, pode por sua vez ser de duas espécies: ou deve descobrir aquilo que o objecto *é em si* ou o que deve ser *para nós* (homens em geral) segundo os princípios para nós necessários do seu julgamento (uma demonstração *как аXp.i.ßei(xy* ou *icai avdpamov*, compreendendo-se este último termo de um modo geral). No primeiro caso funda-se a demonstração em princípios suficientes para a faculdade de juízo determinante, no segundo simplesmente para a reflexiva. No último caso, assentando em meros princípios
- 447 teóricos, nunca poderá actuar no sentido do convencimento; todavia, no caso de utilizar como fundamento um princípio racional prático (o qual por conseguinte é válido universal e necessariamente), poderá decerto a demonstração reivindicar um convencimento suficiente, isto é moral, na base de uma intenção prática pura. Mas uma demonstração ajuda a convencer, sem ainda convencer, no caso de simplesmente ser dirigida no caminho que conduz àquele, isto é no caso de conter em si somente

Após ter o texto digitalizado, fez-se um confronto deste com a edição. Ambos foram colocados lado a lado para ser possível confrontá-los de forma exaustiva. É importante referir que, neste ponto, deve-se assegurar que o programa com o qual estamos a trabalhar não corrige os erros automaticamente.

Nesta fase, é de extrema importância fazer uma leitura minuciosa e exaustiva de forma a assegurar que todos os erros introduzidos pela digitalização são detetados e limpos.

Esta introdução de erros provenientes da digitalização é, maioritariamente, a maior dificuldade para a limpeza do texto, pois podem originar, também, a inserção de erros por parte de uma visão desacetada. Alguns erros são, por exemplo, provenientes da substituição de umas letras por outras semelhantes, ou por números, ou sinais.

O caso mais recorrente foi, na digitalização, o trema das letras alemãs (*ä, ü*) ter sido substituído por acentos grave e agudo (*à, ú*).

Podem ser reconhecidos dois tipos de erros: os de fácil observação, que se conseguem detetar à vista desarmada, e os erros que merecem uma atenção redobrada, com uma leitura minuciosa e atenta.

Os primeiros são facilmente detetáveis devido à sua absoluta estranheza, mas há outros que apenas através de uma leitura pormenorizada e perspicaz são reconhecíveis, pois podem ocultar-se ou fazer-se passar por palavras absolutamente normais.

No seguinte exemplo encontramos um desses casos: a palavra *de* «disfarçada», que só é possível descobrir através de uma leitura atenta, pois à primeira vista é uma palavra completamente normal, mas neste caso não faz sentido a sua colocação.

VI. *Da ligação do sentimento de prazer com o conceito*
da conformidade a fins da natureza

A concebida concordância da natureza na multiplicidade das suas leis particulares com a nossa necessidade de encontrar para ela a universalidade dos princípios, tem que ser ajuizada, segundo toda a nossa de perspiciência como contingente, mas igualmente como imprescindível para as nossas necessidades intelectuais, por conseguinte como conformidade a fins, pela qual a natureza concorda com a nossa intenção, mas somente enquanto orientada para o conhecimento. — As leis universais do entendimento, que são ao mesmo tempo leis da natureza, são para aquela tão necessárias (ainda que nasçam da espontaneidade), como as leis do movimento da matéria e a sua produção não pressupõe qual

Será mais fácil a detecção destes erros, os difíceis de identificar, se já se tiver em mente a possibilidade da sua ocorrência, antecipando onde se poderão encontrar, garantindo assim uma maior probabilidade da sua eliminação, sendo mais difícil que passem despercebidos.

⁹ *Crítica da Faculdade do Juízo*, pág. 70 digitalizada.

Os erros mais encontrados, dentro desta categoria, foram:

- Letras em vez de números e vice-versa
- A letra *i* em vez da letra *l*
- As letras *ij* em vez da letra *u*
- A letra *f* em vez de *t*
- O apóstrofo (‘) em vez do número *l*
- A letra *n* em vez de *ll*
- A letra *m* em vez de *lll*

Na seguinte tabela apresenta-se alguns dos erros mais frequentes encontrados em determinadas palavras e a sua respetiva correção:

Erro		Correção
n	u	ll
<i>f</i>	<i>y</i>	,
6	ò	b
i		t
f	V	t’
V		l’
U		L’

n	II
m	III

Um outro aspeto importante a ter em atenção é em relação aos versais e versaletes. Quando a palavra que antecede o numeral começa por letra maiúscula, utiliza-se a numeração romana em versal (*CFJ*, B XXVI; Band V); quando começa por letra minúscula, usam-se os versaletes (par. IV).

A expressão «etc.», que ocorre com frequência, deve ser sempre grafada com um ponto final, excetuando os casos em que se encontra em final de período (não grafar etc..). Contudo, quando a seguir à expressão se encontra uma vírgula, deve-se colocar o ponto final (etc.;). Esta foi uma das alterações a ser feita ao longo da obra pois, quando seguida de vírgula, faltava o ponto final nesta expressão.

Após uma primeira revisão, na qual se fez a comparação de ambos os textos e foram eliminados todos os erros visíveis, de forma a assegurar que as incorreções que são mais fáceis de escapar ao olhar fossem maioritariamente eliminadas, foi feita uma segunda revisão, de maneira a aumentar a segurança no texto corrigido.

A COLEÇÃO E A OBRA

Ler e apreciar um original foi uma das oportunidades que tive ao realizar este estágio na Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

O original trata-se de um essencial, *O Essencial sobre Montaigne*, e insere-se na coleção de essenciais já editados por esta empresa.

Ao fazer parte de uma coleção, existem à partida determinadas diretrizes que o editor deve seguir ao efetuar a revisão do texto.

Deve-se ter em atenção os exemplo das obras já impressas, de forma a que a coleção, no seu todo, mantenha a mesma estrutura.

No caso desta coleção de essenciais, os livros são «de bolso», têm uma capa onde se refere a personagem tratada, o nome do autor/autora, o logotipo da empresa e uma imagem que caracteriza o livro.

Na contracapa, cita-se uma parte do texto ou faz-se um resumo da obra, com o objetivo de sumarizar o tema essencial do livro.

Já na estrutura, a obra deve conter um índice, uma introdução, o desenvolvimento dividido em capítulos e uma bibliografia.

O essencial sobre Montaigne pertence à coleção já composta por 125 obras publicadas¹⁰.

10

https://www.incm.pt/portal/loja_lista.jsp?type=compra_alterar&toadd=&pag=1&autor=&colec=&organ=&pesquisa=essencial&sort=data (consultado a 25/09/2015).

A revisão de um texto visa à sua melhoria e, para tal, pressupõe-se mudanças a nível de palavras, frases e parágrafos que incluem deslocamentos, inserções e cortes. É nesta tarefa que entra o revisor, que tem um papel de orientador e verificador, responsável pela deteção de erros de maneira a deixar o texto o mais limpo possível.

A revisão de um original passa por diversas fases e, no caso d' *O Essencial sobre Montaigne*, deu-se a oportunidade de contactar diretamente com uma das primeiras: a receção de um original proposto por um autor e a leitura e apreciação do mesmo.

Após o contacto com o texto, numa primeira fase de revisão procura-se por erros de sintaxe e ortografia, como incoerências, repetições, uso da língua incorreto e falta de normalização. Em alguns casos, a revisão passa também pela formatação do texto.

Nesta fase, é importante o contacto entre o autor e o revisor, para que não sejam feitas alterações desnecessárias que possam alterar o sentido do texto.

Segue-se a deteção de erro menos visíveis, como a pontuação desacetada, digitação incorreta (acontece algumas letras serem trocadas por outras de traço semelhante ou até mesmo por símbolos e números), e uniformização da concordância temporal e pessoal.

A revisão feita sob este original pode-se resumir em quatro pontos:

- Atualização do acordo ortográfico: apesar de já se encontrar em vigor desde 2009, muitos autores recusam ainda a utilização do mesmo pelo que foi necessário proceder à atualização ortográfica de palavras como:

- Cepticismo/Céptica → Ceticismo/Cética
 - Acto/Activa → Ato/Ativa
 - Acepções/Concepção → Aceções/Conceção
 - Auto-representação/Auto-retrato → Autorrepresentação/Autorretrato
 - Didácticas → Didáticas
 - Projecto → Projeto
 - Directo/Director → Direto/Diretor
 - **Preceptor** → Precetor (dupla grafia)
 - Redacção → Redação
 - Espectáculos → Espetáculos
 - Meses do ano com letra minúscula: Março → março; Fevereiro → fevereiro; Dezembro → dezembro; etc.
 - Etc.
- Substituição do hífen por travessão: muitos autores não estão familiarizados com a utilização do hífen ou do travessão, pelo que foi necessário localizar e substituir adequadamente a pontuação;
 - Uniformização das palavras estrangeiras: algumas palavras estrangeiras (como *Essais*, *peindre*, *etrangéant*) aparecem em itálico e outras não, pelo que uniformizou-se o texto colocando todas estas palavras em itálico;
 - Substituição das aspas inglesas pelas aspas portuguesas: muitos autores desconhecem a diferença entre as aspas inglesas (“ ”) e as aspas portuguesas (« ») pelo que foi necessário proceder à sua substituição adequada.

Após várias fases de revisão é necessário adotar critérios para a apresentação do texto.

Uma vez que o original tratado é composto por imensas citações, optou-se por separá-las do texto, fazendo parágrafo e centrando-as. Sendo que este texto se insere numa coleção de livros de tamanho reduzido, tomou-se a decisão de centrar apenas as citações que fossem ocupar, no livro impresso, cerca de três linhas ou mais.

Esta foi a maior dificuldade sentida pois era necessário considerar já o livro impresso, pensar quantas linhas cada página teria e imaginar se a citação visível em Word teria três ou mais linhas após feita a impressão.

Para facilitar esta seleção, considere-se que as citações que, no Word, ocupassem duas linhas ou mais com certeza ocupariam três ou mais linhas no livro impresso.

Seguidamente reproduzo dois exemplos de citações, uma curta, que se mantém dentro do texto corrente, e outra mais longa, na qual se fez parágrafo e centrou-se.

- -

De Montaigne se diz habitualmente que inaugurou o *ensaio* como género literário, ao escrever um livro que ele próprio designou como «le seul livre au monde de son espece, et d'un dessein farousche et extravagant»¹¹. Livro único na sua «espécie», de facto, que intrigou

¹¹ *Essencial sobre Montaigne*, página 1.

derivas. Como faz notar Rui Bertrand Romão, o estudioso português que mais tem trabalhado e publicado sobre a obra de Montaigne, o termo *essai* era usado em várias acepções no francês quinhentista:

«desde logo, a de *prova* (tanto o *acto* propriamente dito como a ... avaliação dele resultante), e, correlatamente, as de *saboreio*, *degustação* e *pregustação* (incluindo a dos provadores de alimentos e bebidas). Outros sentidos do termo nesse tempo incluem os de *provação*, *experiência*, *experimento*, *exercício* e *tentativa*. (...) Por seu lado, o verbo *essayer* habitualmente significava *provar*, *pôr à prova*, *expor à prova*; *experimentalizar*; *verificar* e *avaliar*»¹².

Estes vários sentidos confluem no título do livro de Montaigne, definindo o alcance e as possibilidades de «ceste resverie de me mesler d'escrire»¹³ da qual fala o autor a Madame d'Estissac. E a palavra *essai*,

¹² *Essencial sobre Montaigne*, página 2.

Contudo, surgiu a questão se se deveriam separar e centrar as citações longas que estivessem dentro de parêntesis, uma vez que, ao estarem colocadas dentro de parêntesis, significa que a sua leitura é «dispensável», isto é, se não forem lidas, o texto não perde o seu sentido.

Ao estarem separadas do texto e centradas, parte-se do princípio que a sua leitura é «obrigatória», pois encontram-se destacadas.

Assim, mesmo as citações longas, se colocadas entre parêntesis, foram deixadas no meio do texto:

no fragmento a sua forma mais adequada. O capítulo L do Livro I dá-nos um notável metadiscurso sobre as *démarches* do pensamento, os seus avanços e recuos, as formas de agarrar cada matéria que permitem a composição dos ensaios. E o modo de «niaiser et fantastiquer» de Montaigne (na sua saborosa expressão), que é também um modo de duvidar («Si Philosopher c'est douter, comme ils disent, à plus forte raison niaiser et fantastiquer, comme je fais, doit estre doubter: car c'est aux apprentifs à enquerir et à debatre»²⁷), veio a constituir a matriz de um género que ocuparia um lugar central na *epistème* moderna.

13

A substituição das aspas inglesas pelas aspas portuguesas foi, também, uma tarefa bastante delicada, já que a autora recorre abundantemente ao uso desta pontuação e todas as aspas utilizadas sofreram a necessidade de ser substituídas pelas aspas portuguesas.

¹³ *Essencial sobre Montaigne*, página 4.

O seguinte exemplo mostra a abundância de aspas utilizadas pela autora, já com a devida revisão.

pensamento e na literatura da modernidade. O título escolhido para o livro era já de si insólito: *Essais de Michel de Montaigne*, na primeira variante da edição *princeps* — ou seja, «ensaaios», «tentativas», «experiências», «exercícios», configurando um método pessoal, a construção dum raciocínio crítico sobre os mais diversos temas e, paralelamente, a captação do processo do pensamento em si mesmo («le progrez de mes humeurs»), nos seus movimentos, progressos e derivas. Como faz notar Rui Bertrand Romão, o estudioso português que mais tem trabalhado e publicado sobre a obra de Montaigne, o termo *essai* era usado em várias acepções no francês quinhentista:

14

¹⁴ *Essencial sobre Montaigne*, página 2.

Como já foi referido anteriormente, o primeiro contacto com o autor deu-se quando este enviou a sua proposta de publicação para a editora.

Caso a editora aceite publicar a proposta de original, como foi o caso do *Essencial sobre Montaigne*, o autor é orientado para a necessidade de se proceder à «limpeza» do texto, sendo dadas sugestões nesse sentido.

Nesta etapa, a autora do essencial proposto foi bastante ativa, enviando algumas observações para a empresa em relação a aspetos que gostaria que fossem tomados em atenção.

Um dos pedidos feitos pela autora, direcionado para o revisor e para o paginador, foi para que o francês não fosse alterado, pois o francês do século XVI tem uma ortografia e pontuação específicas que ela desejava manter rigorosamente igual.

A autora optou, também, por manter as citações em francês no corpo do texto e colocar as respetivas traduções em português em notas de rodapé, com a intenção de proporcionar ao leitor a possibilidade de contactar com o francês de Montaigne. Assim, e tomando em consideração a observação da autora, na revisão do texto optou-se por deixar as citações conforme estavam, já que, de facto, esta solução deixava uma mancha mais «bonita» no texto.

Antes de dar por terminada a primeira revisão do texto, foi necessário contactar com a autora questionando-a qual das regras gostaria de adotar: em notas, as obras de Montaigne são referidas abreviadas (*E* e *JV*), por vezes antecedidas do nome do autor e em outras não.

À partida, já era também sabido que a autora tinha por gosto rever as provas tipográficas antes da impressão do livro, pelo que se fez uma previsão para a publicação da obra.

A ENCOMENDA DA CAPA

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda não usufrui de colaboradores internos que dominem o *design* gráfico sendo, portanto, necessária a contratação de um departamento de *design* externo à empresa.

A empresa contratada tem a função de elaborar a capa, a contracapa e «escolhe» a imagem que consta na capa.

Digo «escolhe» (entre aspas) pois cabe ao revisor enviar um pequeno resumo ou citação da obra, o qual explicita o tema que se trata no texto, para que o *designer* possa elaborar uma capa adequada.

O *designer* apresenta duas ou três opções de capa de forma a haver margem de escolha e há sempre a possibilidade de requisitar pequenas alterações, para aproximar a capa às expetativas.

Quando a obra se insere numa coleção, é enviado para o *atelier* um formulário no qual constam informações como a coleção a que pertence o livro, o formato, a dimensão e a existência, ou não, de texto na contracapa, bem como imagens pré-definidas.

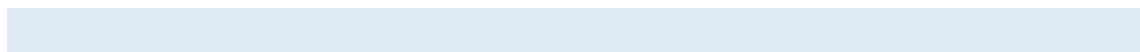
Quando se trata de obras fora de coleções, o autor pode apresentar opções de capa.

No caso do *Essencial sobre Montaigne*, uma vez que já existe uma coleção de essenciais e este irá ser incluído na mesma, o *atelier* contratado – neste caso, *Silvadesigners* – já sabe como será a formatação da capa e contracapa.

Quanto ao texto da contracapa, cabe também ao autor escolhê-lo, nunca sendo esta uma responsabilidade do departamento editorial.

Quando as provas de capa estão feitas, o autor recebe sempre as opções para aprovar ou sugerir alterações.

Contudo, e como é o caso, quando já existe uma coleção com parâmetros de formatação definidos, há pouca margem para sugestões e alterações.



Estagiar na Imprensa Nacional – Casa da Moeda foi um privilégio e deu-me a oportunidade de ficar a conhecer o que é o mundo da edição.

Os dois anos curriculares no Mestrado em Crítica Textual prepararam-me para universo editorial mas foi com o estágio que adquiri o conhecimento interno do ciclo da produção editorial.

Os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Transmissão de Texto e Revisão de Texto foram certamente os que mais contribuíram para esta prática.

As tarefas de revisão de reedição e revisão de original levaram-me a invitar as competências e aprendizagens curriculares veiculadas no Mestrado em Crítica Textual.

Mas não só estas como também outras áreas curriculares mais introdutórias, como História da Crítica Textual, que serviu de base para a preparação teórica do estágio curricular, ao permitir compreender e visualizar o passado, o presente e o futuro da edição.

Cada projeto ajudou-me a desenvolver competências específicas. Ao realizar a revisão da reedição, apercebi-me do quão importante é manter uma obra o mais fiel possível ao original, de forma a que o sentido do texto não se perca no tempo.

Por se tratar de uma obra extensa, denota-se que o trabalho de um revisor/editor é extremamente importante e pertinente. Notei isto pois, mesmo após várias etapas de revisão, existiam ainda incorreções a ser emendadas.

O trabalho de um revisor nunca está completo, pois existem sempre atualizações a ser feitas ao texto, como por exemplo a atualização ortográfica.

Com a revisão do original entendi que o ciclo de produção editorial é mais do que uma «simples» revisão do texto.

Existem várias etapas a ser cumpridas: começa-se com a existência de uma proposta de um original por parte de um autor; a aceitação de publicação por parte da empresa editora; a revisão em Word utilizando a ferramenta de registo de alterações; o contacto com o autor; a encomenda da capa; etc.

Com isto, observei também que o editor tem um papel extremamente ativo no que toca à produção de um livro. Não se limita apenas a detetar erros, a «limpar» o texto.

O editor toma decisão em relação à forma como o texto é apresentado, normaliza e altera tudo o que considera não fazer sentido em determinada obra.

Ao realizar ambos os projetos familiarizei-me bastante bem com a revisão em Microsoft Office Word e com a ferramenta de registo de alterações.

Refletindo sobre esta oportunidade, que foi estagiar na Imprensa Nacional – Casa da Moeda, compreendo agora o mundo da edição de um novo ponto de vista.

BIBLIOGRAFIA

CEIA, Carlos, (1997), *Normas para apresentação de trabalhos científicos*, 2ª edição, Lisboa, Presença.

FARIA, Maria Isabel, PERICÃO, Maria da Graça, (2008), *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*, Coimbra, Edições Almedina.

FARIA, Maria Isabel, PERICÃO, Maria da Graça, MARTINS, José V. de Pina, (1988), *Dicionário do livro : terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.*, Lisboa, Guimarães Editores.

FERREIRA, Serafim, (1999), *Olhar de editor: narrativa*, Lisboa, Editorial Escritor.

KELEMEN, Erick, (2009), *Textual editing and criticism: an introduction*, New York, W. W. Norton.

MARTINS, Jorge Manuel, (2005), *Profissões do livro: editores e gráficos*, Lisboa, Verbo.

SHILLINGSBURG, Peter L., (1996), *Scholarly editing in the computer age: theory and practice*, 3ª edição, University of Michigan, Editorial theory and literary criticism.